

“Já era uma perseguição velada”: narrativas de discriminação homofóbica no contexto militar em perspectiva interacionista

Flávia Huber Costa*
Liana de Andrade Biar**

Resumo

Parte de uma pesquisa mais ampla que tem como foco narrativas sobre discriminação homofóbica em contexto militar, o presente artigo se debruça sobre a materialidade discursiva de uma entrevista de pesquisa com um militar do Exército Brasileiro que se identifica como *gay*. A análise, de natureza qualitativa e interpretativa, se dá em perspectiva microinteracional e a partir do arcabouço teórico da análise de narrativa (BASTOS, 2003, 2008; BASTOS; BIAR, 2015; DE FINA, 2009) e das noções de estigma e face (GOFFMAN, 1959, 1988). Os resultados descrevem elementos estruturais e avaliativos centrais de tais narrativas, que, em geral, se referem a eventos de punição disciplinar cuja motivação última teria sido discriminatória. A partir dessas histórias, os interlocutores realizam ações conjuntas nas quais: (i) produzem *accounts* para as punições disciplinares narradas que isentam o entrevistado de responsabilidade; (ii) constroem um significado moral negativo para essas punições, definidas como perseguições homofóbicas; (iii) atribuem responsabilidade sobre os eventos narrados de forma difusa ou individual, salvaguardando a instituição militar. Para além de seus compromissos teóricos, o trabalho busca contribuir de forma aplicada para a construção de entendimentos sobre contextos em que *performances* identitárias da vida social de indivíduos impactam suas relações e avaliações profissionais e institucionais.

Palavras-chave: Análise de Narrativa. Estigma. Interação. Homofobia.

Introdução

Embora não seja legalmente vetada a entrada de homens que se identificam como *gays* nas Forças Armadas brasileiras,¹ algumas práticas cotidianas e

1 No que concerne à questão legal, não há nenhuma lei que proíba a entrada e/ou permanência de *gays* e lésbicas no Exército Brasileiro. O Código Penal Militar (CPM) prevê, no artigo 235, punição para o crime de “pederastia” ou “ato de libidinagem”. Embora o significado dicionarizado da palavra *pederastia* descreva a relação homossexual entre um homem e um adolescente, no CPM o termo tem sido interpretado com referência a qualquer relação entre indivíduos do mesmo sexo biológico.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

institucionais na caserna sugerem crenças e atitudes homofóbicas por parte de militares. Dentre as sanções aplicadas aos militares que voluntariamente “saem do armário” ou àqueles cujas *performances* sexuais e identitárias, mesmo quando não declaradamente *gays*, estão sob a mira da vigilância heteronormativa (LOURO, 2000, 2004), incluem-se assédio moral, violência física e, por vezes, defesas explícitas da exclusão dessas pessoas das Forças Armadas.²

Fenômeno não restrito ao contexto brasileiro, a homofobia no meio militar parece apoiada em certos estereótipos que equacionam, em especial – mas não exclusivamente –, o homem militar aos signos da chamada masculidade hegemônica (CONNEL, 1987). Tradicionalmente, compõem o imaginário sobre o militar os ideais espartanos de força física e emocional, resistência e comando, coragem e combatividade. Em oposição a tais signos, estariam outros estereótipos que tendem a associar certas identidades *gays* à sensibilidade, fragilidade, vaidade e fraqueza. Como resultado silogístico da difusão discursiva dos dois estereótipos, difunde-se uma ideia segundo a qual o homem *gay* não poderia atender aos requisitos necessários às funções militares, e que sua mera presença na caserna interferiria negativamente na coesão da tropa, isto é, nos vínculos afetivos e de trabalho que garantem, no discurso militar, a unidade do grupo (ROCHA, 2011).

Nosso interesse em pesquisar a homofobia no contexto militar surgiu a partir das experiências pessoais – posteriormente etnográficas – da primeira autora deste artigo, que atua como professora militar no Exército Brasileiro. Em suas atividades profissionais e na convivência diária em um ambiente predominantemente masculino – as mulheres representam apenas 6,34% do efetivo total de militares do Exército –, não foram poucas as vezes em que discursos e práticas discriminatórias e excludentes, com foco na estigmatização de gênero e sexualidades não normativas, emergiram sem consequências éticas e administrativas.

É desse contexto – em que *performances* identitárias da vida social de militares *gays* passam a interferir em suas relações e avaliações profissionais na caserna – que tratamos no presente trabalho. Faz-se isso em perspectiva microinteracional e a partir de uma análise discursiva que privilegia os modos narrativos (BASTOS, 2003, 2008; BASTOS; BIAR, 2015). Mais especificamente, o presente artigo parte de uma pesquisa mais ampla sobre narrativas de discriminação homofóbica no Exército, conforme contadas pelos próprios militares *gays*, debruçando-se sobre a

² A respeito de denúncias sobre assédio e discriminação no contexto militar veiculadas pela mídia, conferir Leite e Neto, 2013.

materialidade discursiva de uma das entrevistas qualitativas (BASTOS; SANTOS, 2013) geradas para o trabalho, em que se identificam duas dessas histórias de discriminação homofóbica no quartel. A análise que se segue descreve tanto os elementos estruturais e avaliativos centrais de tais narrativas, a partir do modelo fundador de Labov (LABOV; WALETZKY, 1967; LABOV, 1972, 2013), quanto os aspectos situados e sócio-históricos tornados relevantes pelos interlocutores. Seguindo indicações metodológicas propostas por Biar (2012), beneficiamo-nos também de categorias goffmanianas sobre a apresentação emergente do *self* e do manejo interacional entre entrevistadora e entrevistado (GOFFMAN, 1959, 1988, entre outros), diante do(s) estigma(s) potencial(is).

A próxima seção desenvolve breves considerações metodológicas sobre o estudo. Após isso, passamos a descrever o arcabouço teórico e os principais resultados da análise, em agrupamentos temáticos que se referem, nesta ordem: (i) à estrutura narrativa e à identificação das construções canônicas tomadas como narrativas de discriminação homofóbica; (ii) a função dessas histórias na produção de *accounts* narrativos (DE FINA, 2009) e as estratégias usadas na construção de significado moral das ações narradas e (iii) a relação entre os aspectos situados da entrevista de pesquisa e o conceito de estigma e trabalho de face. Nas considerações finais, resumimos o trabalho e ensaiamos uma reflexão “macro” sobre os embates discursivos nos quais a narrativa parece se inserir, deixando indicações para trabalhos futuros.

Considerações metodológicas

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa está orientada por contribuições interacionistas que elegem o encontro social face a face ou mediado como objeto de pesquisa (GOFFMAN, 1964). Está voltada, portanto, para a análise das práticas de linguagem que fundam esses encontros, em que se negociam as definições da situação e das identidades. Além disso, pode-se considerar que, por conta da inserção da primeira autora no contexto militar, no qual atua há doze anos como professora, no posto de capitão, o trabalho se utiliza de reflexões de cunho (auto) etnográfico no auxílio às práticas interpretativas que dão conta da análise dos dados.

Durante o percurso de pesquisa, foram transcritas nove entrevistas, todas realizadas fora da caserna, em geral em ambiente doméstico, pela primeira autora

e com militares de diferentes patentes que se identificam como homens *gays*. Essas entrevistas tiveram objetivo de ouvir histórias de opressão homofóbica conforme contadas por esses militares, alegadamente vítimas de perseguições dessa natureza em seu ambiente de trabalho. Essas interações mesclaram características da entrevista semiestruturada com as da entrevista em profundidade (MINAYO, 1993), já que combinaram a existência de um roteiro prévio de perguntas fechadas e abertas com momentos livres de conversa, que, por vezes, se estendiam por muitas horas.

As entrevistas foram tratadas, no percurso analítico, como encontros sociais legítimos, em que os atores sociais envolvidos estão constante e dialogicamente coconstruindo significados para si e suas ações de maneira situada (MISHLER, 1986; BASTOS; SANTOS, 2013). Para o caso específico da presente pesquisa, as entrevistas configuram-se ainda como “encontros sociais mistos”, definidos por Goffman (1988) como aqueles que reúnem face a face identidades projetadas como estigmatizadas e não estigmatizadas. Essa observação tem consequências apresentadas e desenvolvidas na seção *Estigma e trabalho de face no encontro interacional*.

Os dados foram analisados conforme paradigma qualitativo e interpretativista (DENZIN; LINCON, 2006; GAMSON, 2006), e assumimos, naturalmente, a perspectivização de nosso olhar para os dados, visto que, por um lado, não acreditamos na possibilidade de distância social em relação a nosso objeto e, por outro, apostamos no caráter situado e transitório dos conhecimentos construídos em pesquisa (BECKER, 2009).

Para os fins deste artigo, selecionamos apenas um momento de uma das entrevistas realizadas, em que pese a sua prototipicidade em relação aos demais dados do trabalho. O entrevistado, Freitas (o nome é fictício), é um tenente-coronel do Exército, isto é, um oficial de alta hierarquia no meio militar, com mais de 25 anos de serviços prestados à instituição. Ao ser procurado, Freitas se mostrou solícito e disposto a contribuir para entendimento acerca das práticas homofóbicas presentes nas Forças Armadas. De fato, a conversa aqui analisada teve como principais tópicos as experiências de punição disciplinar construídas pelo entrevistado como perseguições homofóbicas. A conversa se estendeu por quase três horas, e o momento destacado para a análise que se segue ocorreu entre os minutos 29’15” e 34’17” da gravação.

As narrativas de discriminação homofóbica no Exército

As narrativas em tela nesta seção, assim como tantas outras que compõem os dados desta pesquisa, como já se disse, descrevem um tipo específico de discriminação homofóbica no meio militar, construída pelos participantes da interação como “perseguição velada”. Esse tipo de perseguição pode ser definido como uma sanção profissional aplicada por um superior a seu subordinado por razão aparentemente não relacionada à discriminação sexual, embora esteja claro para esse subordinado que se trata disso. No excerto transcrito a seguir, o já apresentado tenente-coronel Freitas conta a sua entrevistadora duas histórias identificadas conforme a definição acima. Na primeira delas, o militar narra um episódio em que teria sido punido por ter se esquecido de colocar um subordinado de pernoite. A segunda história trata de mais uma punição disciplinar que o tenente teria sofrido por entrar com trajés inapropriados – uma camiseta sem mangas – no quartel.³

Excerto 1: “Já era uma perseguição velada”

01 02 03 04 05	Freitas	[...] aí naquela época então, foi isso. aí aconteceu todo esse lance e a partir daí eu comecei a ser, é...eu não sei, assim..., como se fosse perseguido. a partir do fato dessas informações NÃO provadas, mas eu comecei a ser, é... como eu vou dizer? eu fui punido duas vezes como tenente.
06	Flávia	é? por quê?
07 08	Freitas	lá, na na na °companhia°... a primeira foi por ter, não ter deixado um sargento de pernoite
09	Flávia	uhum
10 11 12 13 14 15 16	Freitas	não ter deixado um sargento de pernoite quando, >não sei o que, não sei o que<... era pra ter deixado o cara de pernoite por um fato lá que ele tinha deixado, faltado à formatura, ou sei lá, alguma coisa lá que eu não me lembro agora. e aí foi solicitada a explicação e eu fiquei assim: “ué, mas?... enfim, era pra ter deixado?” não sei o que, enfim. “não porque tinha que ter 'deixado”. e isso, mas isso, é é... eu analisando depois,... já era uma perseguição velada.
17	Flávia	era só um [pretexto, né?

3 Estamos considerando que tais histórias descrevem episódios de discriminação desde uma perspectivaêmica, do participante, sem importar, para fins deste artigo, a apuração e julgamento objetivo dos fatos.

18 19	Freitas	[era um pretexto, entendeu? “pô, o cara...” é...entendeu? é:: já tava já começando a... a... mentalidade de por eu ser gay, né.
20	Flávia	entendi.
21 22 23	Freitas	assim, e pelo menos assim, não, não provavelmente, mas porque “↑ah, porque falam isso. ah, porque tão falando”, entendeu? e- e “não merece. tem que ser punido, tem que...”
24	Flávia	entendi.
25 26 27 28 29 30	Freitas	entendeu? então eu levei essa primeira punição. logo em seguida, um tempo depois, é... eu levei a segunda punição como tenente. foi... deixa eu tentar lembrar aqui... que... é... hu... ah, tá. veio uma... um informe, né? porque na brigada de forças especiais tinham várias unidades ali. um informe, e depois eu fiquei sabendo disso, que eu estava... olha só, que eu estava, é... não, que eu tinha entrado de ↑camiseta sem manga.
31	Flávia	hum.
32	Freitas	no quartel.
33	Flávia	no quartel?
34 35 36 37 38 39 40 41	Freitas	°é de camiseta sem manga no quartel°. dentro do meu carro, enfim, não sei. aí alguém aí... na época era o esse três, era um capitão e eu era tenente, veio falar comigo “olha só, tem aí um negócio que você entrou, entrou de camiseta... é... aqui no quartel, sem manga”. e falei “é, eu não me lembro disso”, mas e... aí... talvez ... ah, não, porque... que dia que foi?... ah, foi dia tal, >não sei o que, parará, parará< eu sei que mandaram fazer uma ↑sindicância verbal para apurar o fato d’eu ter entrado de camiseta sem manga no quartel.
42	Flávia	ah, e um fato que surgiu sem...
43	Freitas	[não
44	Flávia	[fonte
45	Freitas	não, porque alguém...
46	Flávia	alguém QUEM, né?
47 48 49 50 51 52 53	Freitas	não. foi o cara, o cara da guarda que falou na companhia que tinha do <lado>, numa reunião, que o comandante lá era muito rígido também, falando sobre traje, não sei o que. inclusive, trajes civis, >não sei o que parará, parará<. e aí alguém pegou e falou assim: “poxa” porque realmente eu tinha entrado uma vez acho, que de camiseta sem manga. mas tava dentro do meu carro, eu ia pra companhia pegar alguma coisa e ia sair, e saí.
54	Flávia	entendi
55 56 57	Freitas	entendeu? >e eu não tinha como botar uma camisa< aí eu falei: “pô, eu tô dentro do meu carro, eu não vou...” enfim... mas é uma questão de flexibilidade, né?
58	Flávia	é

59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82	Freitas	pô, eu não vou ter que ir lá na barra, onde eu morava, pra pegar uma camisa só pra ir pegar um negócio lá que tinha esquecido. enfim... aí um cabo, que tava de cabo da guarda, comentou "ah, mas quer dizer .., mas isso é porque é ↑cabo ou soldado, né? é, porque é, se for ↑oficial pode." "não, como assim como oficial?" ah.. aí deve ter falado: "ah, porque o tenente fulano da companhia tal, da companhia-comando, entrou outro dia assim, assim, assado." aí o comandante quis apurar. só que aí quando chegou a informação pra lá, ↑né, por meio de documento, aí juntaram as coisas. só que tinha, eu acho, outras informações. por quê? esse capitão veio fazer uma sindicância verbal pra mim, perguntando sobre isso. eu falei assim: "olha, eu não me lembro exatamente, mas eu acho que eu uma vez eu entrei no fim de semana aqui assim. mas, pô, eu tava dentro do meu carro, não sei o que e eu fui pegar um negócio rápido e saí." enfim. mas aí ele falou outros fatos também que "ah, porque uma vez, inclusive, te viram em cascadura, parecia que tava com uma botinha e uma bermuda apertada e uma camisetinha parecendo... >vou, vou dizer logo<, parecendo um VIADINHO." falou assim: "parecendo um VIADINHO.> não sei o que, porque você foi visto lá<" aí eu falei assim: "eu nunca usei uma botinha."> não sei o que, parará, parará< exageraram na dose, entendeu? eu falei assim. bom, eu cheguei a usar algumas coisas, digamos assim, meio características? cheguei a usar, mas não do jeito como foi falado: uma botinha, uma toda apertada bermudinha apertada, não sei o que.
83	Flávia	e o que que tem? tá fora do quartel.
84	Freitas	pois é.
85	Flávia	não tá, né? hh
86 87	Freitas	enfim. mas por esses fatos que iam chegando, é... eu levei minha segunda punição. por causa de uma camiseta que eu entrei no quartel.
88 89	Flávia	quer dizer, o senhor acha que se não tivesse essa desconfiança da [sua homossexualidade...
90 91	Freitas	[eu não seria punido.

As próximas seções apresentam duplo propósito: ao mesmo tempo em que revisamos os principais construtos teóricos que embasam o trabalho, procederemos à análise do excerto. Neste primeiro momento, lançaremos foco sobre categorias analíticas típicas da análise de narrativa, procurando identificar nos dados os elementos centrais que sustentam as duas histórias contadas pelo entrevistado, argumentando ainda pela relevância do olhar narrativo à pesquisa social.

Estrutura narrativa laboviana e identificação de seus elementos

Definidas como uma técnica verbal básica e específica de se estruturar a experiência humana, as narrativas têm sido consideradas um lugar privilegiado para se estudar a vida em sociedade (BASTOS, 2004; BASTOS; BIAR, 2015). Isso porque, ao contar histórias, atores sociais se engajam em um tipo de atividade interpretativa que dá forma, sequência e sentido a eventos passados em si mesmos dispersos, organizando suas experiências de vida, criando sentido sobre si mesmos, sobre o outro, sobre objetos e ações do mundo social, sempre em função de certos cânones culturais e propósitos interacionais locais.

Pioneiramente, os estudos de Labov e Waletzky (1968) e Labov (1972) inauguram a pesquisa sobre narrativas orais, definindo como requisito básico de sua constituição a referência a um evento extraordinário, isto é, uma narrativa deve ser reportável ou apresentar uma razão clara para ser contada – que Labov nomeia o ponto (*plot*) da narrativa. Os autores ainda identificam a estrutura narrativa a partir de propriedades bem delimitadas, que associam sequências verbais a sequências de eventos. O conhecido modelo canônico laboviano descreve, então, os principais elementos sintáticos dessa ordenação, que consiste basicamente em se organizar discursivamente orações no passado de modo que a história reconstrua um certo ordenamento temporal de ações. Os seguintes elementos se articulam nessa construção:

- 1) sumário: espécie de resumo da história que, preposto ao início da sequência de ações, anuncia o assunto e, de alguma maneira, a razão pela qual a história é contada, isto é, seu ponto;
- 2) orientação: momento da narrativa em que se identificam personagens, tempo e lugar das atividades narradas, contextualizando, portanto, seus elementos;
- 3) ação complicadora: as orações narrativas dispostas em sequência temporal, a partir das quais se conta o que efetivamente aconteceu;
- 4) avaliação: elemento que pode aparecer de forma encaixada, ou em um momento de suspensão do fluxo de ações narradas, e tem a função de dar relevo à postura do narrador em relação a partes específicas da história, além de contribuir para a construção do ponto da história. As avaliações

podem ocorrer por meio de recursos expressivos diversos, tais como contorno entoacional, inserção de adjetivos ou advérbios, paralelismos sintáticos, dentre muitas outras possibilidades, as quais, de qualquer forma, conferem dramaticidade à história e funcionam como pista para como seus elementos devem ser interpretados pelo interlocutor.

- 5) resultado: desfecho para as ações narrativas em que se costura o destino final dos personagens e objetos narrados.
- 6) coda: momento frequentemente final, em que o narrador encerra o fluxo de eventos narrados e retorna ao presente da interação, fornecendo uma nova síntese avaliativa sobre o sentido da história.

Nem sempre os movimentos retóricos descritos por Labov comparecem nas narrativas de forma simples e linear, e a estrutura da narrativa pode se complexificar – ou se simplificar – de muitas maneiras.⁴ De qualquer forma, conforme já anunciamos, a partir deles fomos capazes de identificar duas narrativas no excerto da entrevista destacado acima. As habilidades de narrar do entrevistado nos antecipam a emergência dessas duas histórias desde as primeiras linhas do excerto, em que claramente dois sumários são construídos de forma hierarquicamente organizada. Em um sumário mais amplo (“mas eu comecei a ser, é... como eu vou dizer? eu fui punido duas vezes como tenente”, linhas 3-5), que engloba as duas histórias, o narrador anuncia as duas punições de que teria sido vítima, reivindicando espaço interacional para contar essas histórias. Na sequência, um segundo sumário mais claramente relacionado ao primeiro episódio de punição é construído: “a primeira foi por ter, não ter deixado um sargento de pernoite” (linhas 7-8).

Segue-se ao sumário uma brevíssima contextualização, em que o narrador revela o local em que a punição se deu (“a companhia”, linha 7) e constrói uma suposta ordem prévia e vaga sobre deixar um sargento de pernoite (linha 10). As linhas seguintes passam a descrever três ações narrativas ordenadas temporalmente, que compõem a ação complicadora da trama. A terceira delas, em forma de discurso

4 A esse respeito, algumas revisões ao modelo canônico de Labov foram encaminhadas e dizem respeito à existência de gêneros menos prototípicos de narrativa, que ocorrem em contextos interacionais diferentes das entrevistas sociolinguísticas investigadas pelo autor (cf. GEORGAKOPOULOU, 2006; BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2008; BASTOS, 2008). Neste artigo, entretanto, as duas narrativas em foco são bastante canônicas, e por isso analisadas conforme o modelo clássico.

direto, traz elipsado o sujeito e um verbo *dicendi*, que o leitor não terá dificuldades de interpretar como a fala de um superior que encerra a contenda:

1. e aí foi solicitada a explicação” (linha 13)
2. e eu fiquei assim: “ué, mas?... enfim, era pra ter deixado?” (linhas 13-14)
3. “não porque tinha que ter deixado” (linhas 14-15)

Embora a narrativa não traga um desfecho claramente identificado, a articulação do resumo com a última ação narrativa nos leva a crer que a primeira punição aplicada ao tenente no Exército se deu por não ter obedecido a uma suposta ordem prévia.

A coda dessa pequena narrativa dá título ao presente artigo. A partir dela, o narrador retorna ao espaço de referência da entrevista e enuncia a chave interpretativa a partir da qual essa punição deve ser compreendida: “eu analisando depois,... já era uma perseguição velada” (linhas 15-16). Reforça essa interpretação a avaliação encaixada que se segue à coda: “era um pretexto, entendeu? (...) já tava já começando a... a... mentalidade de por eu ser *gay*, né.” (linhas 18-19). Para Linde (1993), na avaliação, o narrador não apenas constrói o ponto da história, mas fornece as pistas a partir das quais a narrativa deve ser compreendida, especialmente no que se refere aos valores morais atribuídos ao evento narrado e aos seus componentes. Na história de Freitas, sua punição é indiretamente avaliada como moralmente condenável, porque se justifica menos por uma falha disciplinar do que pela discriminação sobre sua sexualidade.

A segunda narrativa eliciada no excerto se inicia novamente por um sumário (“logo em seguida, um tempo depois, é... eu levei a segunda punição como tenente”, linhas 25-26). A partir daí, Freitas passa na contar a história da sua segunda punição em serviço militar, desta vez, por ter entrado no quartel em trajés alegadamente inapropriados. Essa narrativa é construída de forma mais complexa que a primeira, a partir da alternância de orações orientativas, narrativas e avaliativas. A punição é construída pelo narrador como efeito de orações narrativas nucleadas por verbos *dicendi* (“veio falar”, “falei”, “mandaram”, “pegou e falou assim”, “comentou”, dentre outros), dispostos de modo a revelar quem falou o que em ordem cronológica. Embora a entrada sem camisa no quartel apereça na fala dos personagens como estopim da sequência de ações, a partir da linha 72, Freitas introduz um elemento novo à história (“mas aí ele falou outros fatos também

que ‘ah, porque uma vez, inclusive, te viram em cascadura, parecia que tava com uma botinha e uma bermuda apertada e uma camisetinha (...) parecendo um VIADINHO’ [...]”, avaliado de forma dramática (“exageraram na dose” – linha 78). O desfecho construído a seguir (linhas 86-87) encaminha a interpretação de Freitas sobre a sua punição. Teria sido a desconfiança sobre a sua sexualidade, e não o episódio da camisa, a causa última de sua repreensão. Por fim, a coda avaliativa, coconstruída entre entrevistadora e entrevistado, termina por endossar o ponto dessa segunda narrativa, na mesma linha do que acontece na primeira:

88 89	Flávia	quer dizer, o senhor acha que se não tivesse essa desconfiança da [sua homossexualidade...
90 91	Freitas	[eu não seria punido.

A descrição estrutural das duas narrativas seguindo o modelo laboviano serve apenas como ponto de partida para identificação formal dos segmentos discursivos que importam à presente análise. Após notar a ocorrência de duas narrativas relacionadas entre si, isto é, com um ponto comum, seguimos na identificação das funções interacionais dessas histórias e outros elementos importantes para a sua interpretação.

A produção conjunta de accounts narrativos

Muitas críticas dirigidas à definição de narrativa e à abordagem proposta por Labov (1972, 2013) se desenvolveram nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito a uma certa visão representacionista patente na crença de que a sequenciação de ações no discurso narrativo consistiria numa tarefa de *recapitulação* de eventos passados, isto é, a ordem narrativa seria uma propriedade linguística transparente em relação à ordem cronológica dos eventos em um postulado mundo real. Seguindo as indicações deixadas por essas críticas, consideramos que a narrativa é uma atividade situada, *organização* de eventos dispersos; de coconstrução interativa tanto de sua estrutura, quanto de seus significados (GARCEZ, 2001; MISHLER, 1986, 1999; SCHIFFRIN, 1996). Os efeitos de sentido de uma narrativa, então, derivam fundamentalmente da atividade conjunta que lhe dá substância – em nosso caso, a própria entrevista de pesquisa.

A esse respeito, já dissemos que, na abordagem abraçada neste trabalho, as entrevistas são tomadas como atividades interacionais de mesmo estatuto que outras atividades institucionais, isto é, que a fala produzida nesses cotextos configura-se como dialógica no seguinte sentido: “o entrevistado não é mais visto como a fonte de informações a serem objetivamente coletadas e analisadas, mas, antes, como alguém que constrói, com o entrevistador, o discurso produzido na situação de entrevista” (BASTOS; SANTOS, 2013, p. 10). Assim, as narrativas eliciadas em entrevistas de pesquisa não são resultado da ação individual, mas construídas turno a turno (DE FINA, 2009).

Dentre os aspectos mais visíveis dessa coconstrução está o engajamento entre entrevistadora e entrevistado, que se faz notar, no excerto destacado, desde os primeiros turnos da interação. Na linha 6, por exemplo, após Freitas formular um resumo e reivindicar espaço interacional para contar sua história, a entrevistadora confirma seu interesse com a formulação de uma pergunta que solicita esclarecimentos (“é? por quê?”). Flávia prossegue fornecendo suporte solidário à história, especialmente a partir de sinalizações de atenção/concordância (linhas 9, 20, 24, 31, 58) e repetições (linhas 33, 46), as quais são índices de envolvimento interacional (TANNEN, 1989) e interesse.

Para além desses aspectos de superfície da atividade de narrar em interação, importa, para os nossos propósitos, voltar a considerar os modos como se dá a construção de significados locais na narrativa. Trabalhos como o de Bruner (1990), Linde (1993) e Mishler (1999, 2002) argumentam que o ordenamento temporal das narrativas seria construído mais em função de certos sistemas interpretativos compartilhados e expectativas interacionais sobre o encontro, do que por sua capacidade de representar eventos – e, também nesse sentido, a ação de contar histórias seria uma forma de constituir uma realidade, além de conformar os eventos narrados a exigências de coerência interna ao discurso e a demandas contextuais de ordem micro e macro (cf. BASTOS; BIAR, 2015). Além disso, quando contamos uma história, estamos contando para e com alguém, mas também o estamos fazendo por uma razão, instanciada no âmbito do encontro social, ou seja, estamos realizando uma ação com um significado contextualmente relevante.

Seguindo essa linha interacional e não representacionista, defenderemos a tese de que uma das funções mais proeminentes das duas narrativas de Freitas é servir como *account* (SCOTT; LYMAN, 1968; DE FINA, 2009; OSTERMANN; DEL CORONA, 2013). Os *accounts* são construções discursivas que fornecem

justificativas e explicações para uma ação ou evento potencialmente indesejável, imprevisto ou desabonador para qualquer uma das partes. Nas palavras de Ostermann e Del Corona (2013, p. 179),

a produção de *accounts* visa a restabelecer o equilíbrio social abalado por alguma situação problemática e sua aceitabilidade se dá de forma situada, ou seja, atrelada ao cenário social e ao evento em particular, com seus sistemas de valores, sujeitos à revisão e modificação em contextos de mudança social.

De acordo com De Fina (2009), é uma potencialidade das narrativas ocorrerem enquanto *accounts*, isto é, as histórias são contadas para fornecer razões ou motivos para algum evento em descompasso com as expectativas de normalidade ou a construção de uma imagem positiva para o narrador. Isso quer dizer que o narrador está constantemente se valendo da interpretação que faz sobre a avaliação de seu interlocutor, (re)construindo e (re)interpretando eventos passados.

Voltando à análise do excerto, passamos agora a considerar a ação que ela realiza na interação: a produção de *account* que concilia a frustração de uma expectativa sobre uma apresentação social (GOFFMAN, 1959) positiva do narrador como profissional.

Em primeiro lugar, os *accounts* narrativos surgem como resultado emergente de uma pergunta (DE FINA, 2009, p. 253) de Flávia, ou seja, como resposta ao pedido de esclarecimento feito pela entrevistadora (linha 6). É fundamental notar, aqui, que a punição no contexto militar apresenta alto grau de reportabilidade pelo tanto que interfere na construção das carreiras no Exército. As sanções são duras, registradas e interferem nos processos de promoção na instituição. Assim, após tornar relevantes esses eventos de punição, Freitas precisa fornecer, como resposta, um motivo que deslegitime o que ocorreu, construindo para si mesmo uma espécie de absolvição para o evento narrado. E o narrador faz isso criando: (i) para a primeira narrativa, uma dúvida sobre as ordens recebidas (“enfim, era pra ter deixado?” – linha 14) e, para a segunda narrativa, uma alegação de falta de bom senso (“é uma questão de flexibilidade, né?”, linhas 56-57); (ii) uma cisão entre os eventos narrados e a avaliação negativa que formula sobre eles e seus agentes (voltaremos à análise da avaliação mais adiante, na seção *Estigma e trabalho de face no encontro interacional*).

O ponto (*plot*) das duas narrativas de Freitas é este mesmo: mostrar que as duas punições de que fora vítima tinham, como causa última, mas “velada”, a perseguição homofóbica típica das instituições militares. Ao afastar a possibilidade de ter sido punido por seu mau desempenho profissional, imputando a seus superiores a ação desabonadora, Freitas se constrói positivamente, como vítima de práticas discriminatórias.

Em tese, sua interlocutora, também militar, compartilha tanto dos significados sobre a punição no contexto militar quanto das práticas heteronormativas da caserna, ou seja, Freitas organiza sequencialmente os eventos acerca da punição, de modo a torná-los explicáveis e adequados a uma ordem reconhecível derivada de um conhecimento compartilhado sobre o Exército.

As próximas subseções desenvolvem algumas estratégias discursivas que parecem estar na base do principal efeito conseguido por Freitas em seus *accounts* narrativos: a mitigação de sua responsabilidade sobre as sanções aplicadas.

Distribuição difusa e individual da responsabilidade

Um ponto importante para esta análise é que, embora os interlocutores atribuam motivações veladas para as ações dos personagens, desconstruindo ou pelo menos amenizando a responsabilidade de Freitas sobre a punição, essa responsabilidade não aparece imputada ao Exército como instituição, mas é distribuída de forma difusa e indeterminada, ou a indivíduos específicos, funcionários e superiores na companhia militar. A tabela 1 organiza orações narrativas e orientativas da fala de Freitas, procurando colocar em foco especificamente esses processos de atribuição de responsabilidade.

TABELA 1 – Atribuição de responsabilidades

Narrativa 1 (linhas 1 a 25) Atribuição difusa	Narrativa 2 (linhas 26 a 91) Atribuição localizada
1. “como se fosse <u>perseguido</u> ”.	7. “era <u>um capitão</u> (...), veio falar comigo”
2. “a partir do fato dessas informações <u>não provadas</u> ”	8. “eu sei que <u>mandaram</u> fazer uma sindicância verbal”

3. “eu <u>fui punido</u> duas vezes como tenente”	9. “foi o cara, o cara da guarda que falou na companhia”
4. “e aí foi solicitada a explicação”	10. “e aí <u>alguém</u> pegou e falou assim”
5. “já era uma <u>perseguição</u> velada”	11. “aí <u>um cabo</u> , que tava de cabo da guarda, comentou”
6. “eu levei essa primeira <u>punição</u> ”	12. “o comandante quis apurar”

A distribuição difusa (indeterminada) da responsabilidade é efeito de estratégias sintáticas tais como o uso de passivas com omissão do agente (itens 1 a 4 na tabela) e nominalização de processos (itens 5 e 6), e se concentram na primeira narrativa. Na segunda narrativa, boa parte das orações é construída na voz ativa e os agentes são explicitamente mencionados; nenhuma dessas posições, no entanto, é preenchida de forma generalizante, pela instituição ou o Exército. São os funcionários, nomeados por seus postos específicos, os responsáveis pelas ações verbais. Nos itens 8 e 10, a estratégia é de indeterminação dos agentes.

Já dissemos de maneira geral que, em relação ao caráter altamente desabonador das punições no meio militar, os *accounts* as justificam como perseguição homofóbica, salvaguardando a apresentação social positiva no narrador mitigando sua responsabilidade sobre os eventos narrados. Agora queremos acrescentar, via análise das orações em foco na tabela 1, que tal mitigação é efeito de um processo de atribuição de responsabilidade ora difusa e indeterminada, ora localizada em indivíduos específicos, salvaguardando também a instituição militar de uma apresentação negativa. Em outras palavras, a perseguição que culmina na punição é construída como resultado de conflitos de natureza pessoal (em oposição a institucional).

Falas reportadas e suas funções na narrativa

Em vários momentos da entrevista, Freitas apoia-se na fala de outros personagens para construir a maneira como a homofobia teria se manifestado e compor o *account* para as suas punições. Assim, o entrevistado atua como um “regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico” (BEZERRA, 2005, p. 194).

Apresentada na literatura como *discurso relatado*, *fala reportada* ou *diálogo construído* (TANNEN, 1989; CLIFT; HOLT, 2007), a representação da fala de personagens referidos no discurso configura-se como uma estratégia avaliativa muito frequente em narrativas. Para De Fina (2003), trata-se de um recurso que ressalta aspectos importantes no mundo da história, como, por exemplo, os modos pelos quais o narrador pretende se construir e construir o outro.

Em geral, a fala reportada é marcada prosodicamente, de modo a se estabelecer uma diferenciação clara entre esta e a fala do narrador. Nos dados transcritos para este trabalho, esse tipo de estratégia aparece apresentado graficamente por aspas.

De maneira análoga ao que prescreve o paradigma construcionista da análise de narrativas descrito na seção intitulada *A produção conjunta de accounts narrativos*, consideramos que o discurso reportado reconstrói e ressignifica, em um processo ativo e situado, o que foi alegadamente dito pelos personagens do espaço de referência da história, apresentando-se, portanto, como um poderoso recurso de seleção e edição das ações narradas. A partir das falas dos personagens, o narrador destaca e contorna uma identidade reivindicada para eles e torna proeminentes as suas ações, especialmente as que se referem a processos verbais (cf. DE FINA, 2009).

Nos dados deste trabalho, a fala reportada abunda como recurso de construção nas duas narrativas, e reforça tanto o processo de atribuição de responsabilidade difusa e indeterminada, quanto o que imputa essa responsabilidade a indivíduos singulares, configurando-se como mais uma categoria de análise que reforça a interpretação construída na seção anterior.

Nas linhas 14 e 15, por exemplo, observa-se a construção de uma fala indeterminada, não atribuída a ninguém; isto é, Freitas traz para o mundo da história vozes hipotéticas para representar um certo pensamento vigente na comunidade em que estava inserido (“ah, porque falam isso. ah, porque tão falando”, linhas 21-22; “não merece. tem que ser punido, tem que...” , linhas 22-23). Essas falas selecionam certos recursos através dos quais a homofobia se constrói no contexto militar. Sendo assim, especialmente pelo destaque que é conferido aos verbos *dicendi*, o entrevistado constrói a discriminação de que foi vítima como um tipo de violência simbólica, sustentada pelo que as pessoas, até então não identificadas, *dizem*. Conforme procuramos argumentar, um dos efeitos dessa indeterminação é o apagamento da instituição militar como agente perseguidor de Freitas.

Na segunda narrativa, esse apagamento é sustentado por falas reportadas de autores específicos, personagens da estrutura militar identificados por seu posto. Dessa vez, Freitas individualiza a perseguição homofóbica, elegendo personagens responsáveis pelas falas, evitando, dessa forma, generalizações que lancem foco sobre a instituição como um todo (um “tenente”, linhas 35-36; um “cabo”, linhas 61-62; um “capitão”, linhas 69-70). Além disso, a fala reportada do capitão, construída a partir de estereótipos heteronormativos, constrói para esse personagem uma identidade explicitamente homofóbica (linhas 75-76). Essa estratégia serve de evidência à motivação *real* da sindicância em tela, colaborando para a sustentação do *account*.

Coconstrução dos significados morais

A construção de justificativas e explicações para uma situação problemática depende fundamentalmente, para ser realizada com sucesso, do pertencimento à coletividade que compartilha dados valores e uma aceitabilidade construída de forma situada no cenário e no evento em que o *account* se dá (OSTERMANN; DEL CORONA, 2013). Nesta seção, então, interessa-nos a maneira como os interlocutores seguem ajustando intersubjetivamente o significado moral sobre ações (e personagens) narradas (LINDE, 1997). Se, em uma visada laboviana, é o narrador quem dirige, via encadeamento de ações e avaliações, o interlocutor para um determinado ponto, neste trabalho, ao contrário, o que observamos é uma coconstrução local e contingencial dos significados da narrativa, guiada pelo “universo social no qual transitam os interactantes” (BASTOS; SANTOS, 2013, p. 13). Especialmente em momentos criticamente avaliativos, que sublinham a reportabilidade da história, nota-se a orientação moral da atividade de narrar, e o trabalho conjunto de construção desses significados.

Nas linhas 15 e 16, o narrador suspende o fluxo de eventos para voltar ao presente da interação e construir uma avaliação sobre eles: “eu analisando depois,... já era uma perseguição velada”. Flávia então reformula essa avaliação como um “pretexto”, contribuição que é aceita por Freitas (linha 18) no turno seguinte, que ainda a expande, tornando relevante sua identidade *gay* e terminando por construir sua primeira punição como início de um processo discriminatório do qual teria sido vítima. Nessa sequência, um significado moral negativo é reivindicado para a punição do tenente a partir da avaliação conjunta das ações narradas e da coda

construída pelo narrador. Flávia e Freitas evidenciam pertencimento a um mesmo domínio moral, perceptível especialmente pela postura concordante e cúmplice dos dois.

Na construção da segunda narrativa, o mesmo aspecto colaborativo e negociado de significado moral comparece, em dois momentos distintos. O primeiro deles ocorre em uma avaliação externa da segunda narrativa, quando uma pergunta retórica da entrevistadora explicita a razão pela qual Freitas não deveria ter sido punido: a falta de bom senso na aplicação da regra sobre vestimentas.

83	Flávia	e o que que tem? tá fora do quartel.
84	Freitas	pois é.
85	Flávia	não tá, né? Hh

Em seguida, na coda avaliativa sobre o mesmo episódio, a entrevistadora oferece a Freitas uma interpretação para os fatos narrados que é prontamente confirmada por seu interlocutor.

88 89	Flávia	quer dizer, o senhor acha que se não tivesse essa desconfiança da [sua homossexualidade...
90 91	Freitas	[eu não seria punido.

Nas três sequências destacadas nesta seção, percebe-se alinhamento entre os dois participantes da interação e um ajuste intersubjetivo sobre o significado das ações narradas: o descumprimento do pernoite (primeira narrativa) e da regra de vestimenta (segunda narrativa) não constituem razões suficientes para a punição recebida, e, embora a ordem das ações narrativas não estabeleça uma relação de causalidade entre a identidade *gay* do militar e sua punição, essa é a relação construída nas avaliações conjuntas. Dito de outra forma, são as avaliações conjuntas e a moral compartilhada dos interlocutores que trazem à superfície narrativa a homofobia como justificativa e explicação para as punições.

Estigma e trabalho de face no encontro interacional

Optamos, neste artigo, por, no lugar de construir uma análise linear dos dados, apresentá-los através de diferentes camadas teóricas, na intenção de evidenciar sua complexidade e possibilidades de interpretação. Foi assim que iniciamos a análise com a identificação da estrutura das duas narrativas, para, então, argumentarmos pela compreensão dela como *account* a serviço de restituir o desequilíbrio provocado pelo caráter desabonador da punição disciplinar. O objetivo desta seção é observar os mesmos dados mais detidamente à luz da teoria goffmaniana de apresentação social dos atores na interação. Especificamente, buscamos localizar a dinâmica de gerenciamento/invisibilização de elementos potencialmente desabonadores da imagem social positiva reivindicada pelos interlocutores.

Para isso, em primeiro lugar, é preciso notar que a entrevista entre Flávia e Freitas funda o que o Goffman (1988) definiu como um encontro misto, isto é, um encontro social que reúne face a face um estigmatizado e um não estigmatizado. De acordo com Goffman (1988), um estigma tem natureza interacional; é um rótulo que deriva não de uma característica em si mesma desonrosa, mas da violação de expectativas normativas sustentadas culturalmente sobre a apresentação social de um indivíduo em diferentes contextos de interação. Tais julgamentos de normalidade que estão na base da noção de estigma são, naturalmente, dialógicos e processuais.

O ponto fundamental do trabalho de Goffman parece ser demonstrar que todo o tempo as pessoas se engajam em esforços expressivos para não desafiar os esforços de apresentação positiva que fundam os encontros sociais. Quando isso acontece, isto é, quando algum signo estigmatizante torna-se, explícita ou implicitamente, relevante em uma interação, os interlocutores lançam mão de certas técnicas de controle da informação, estratégias interacionais que mitigam ou neutralizam o problema potencial.

Uma categoria de análise capaz de capturar *in loco* as atividades de desconstrução é o trabalho de face (*face work*), um trabalho dinâmico de apresentação social a serviço da chamada "ordem ritual", isto é, de convenções e procedimentos sobre "como agir" em interação (GOFFMAN, 1955). Em outras palavras, isso quer dizer que a cada estado de fala em que duas ou mais pessoas se reconhecem mutuamente como interactantes, os participantes tendem a seguir uma linha – um certo padrão de atos verbais e não verbais com que eles se expressam – sustentada

por suas impressões sobre o encontro, sobre os demais participantes e sobre eles mesmos. De forma muito geral, tal linha determina um sentido social de confiança e segurança – caso as pessoas sintam que estão sustentando um padrão positivo, ou adequado às requisições do encontro (neste caso, diz-se que o sujeito está sustentando a face) –, e ofendidas ou envergonhadas – nos casos de inadequação dos padrões verbais e semióticos assumidos (quando se está fora de face, com a face inadequada ou ameaçada). Por *default*, os interlocutores se esforçam pelo equilíbrio do conflito, isto é, eles mantêm uma face, assumindo uma linha que apresenta uma imagem consistente com o requerido pela situação, e o fazem apoiados nos juízos e evidências difusamente comunicados pelo outro no fluxo de eventos da situação.

Tendo em vista o que se sabe sobre as rotinas de trabalho do meio militar, rígidas e disciplinares, e sobre as expectativas heteronormativas salientes nesse contexto, poderíamos pensar, provisoriamente, que Freitas, em interação com outra militar, violaria o conjunto de expectativas que supostamente funda o encontro por duas vias: tanto as punições que recebeu quanto a identidade *gay* que reivindica poderiam ser responsáveis pela emergência de estigma e tensão interacional a serem gerenciados pelos interactantes; no entanto, apenas a segunda possibilidade parece se concretizar nos dados.

Entre as linhas 1 e 5, nota-se um exemplo de esforço de desconstrução de tensões interacionais potenciais via controle de informação sobre o estigma da infração disciplinar. No trecho destacado, Freitas hesita ao falar sobre as punições que recebeu, já que, como se procurou argumentar, o tema contrasta com as expectativas de desempenho profissional militar e é informação compartilhada pelos dois participantes da entrevista. O estigma é naturalmente presentificado pelo próprio tópico da entrevista. O empenho da parte do entrevistado para sustentar uma linha de apresentação positiva se deixa entrever a partir das hesitações (“eu comecei a ser, é...eu não sei, assim...”, Linhas 3-4; “como eu vou dizer?”, linha 4) e vagueza (“como se fosse perseguido”, linhas 2-3) em relação à nomeação dos tópicos críticos para a manutenção da imagem positiva.

Em outros momentos da entrevista, aqueles já tratados como de construção do significado moral sobre os eventos narrados, é Flávia quem atua com recursos de proteção da face do entrevistado. Por exemplo, é o que parece acontecer na sequência já analisada, na linha 17, em que a entrevistadora, ciente do caráter ameaçador da punição à face militar do entrevistado, afasta a interpretação de

mau desempenho profissional em favor da tese de perseguição. Para além desses exemplos localizados, queremos argumentar então que os *accounts* narrativos, de forma geral, podem ser interpretados como técnicas de controle da informação úteis à construção favorável do entrevistador e à neutralização (Becker, 1963) do estigma.

Interessantemente, no âmbito de nossos dados, apenas as punições são construídas como extraordinárias, como estigmas, e serão objeto de estratégias de neutralização. Embora a identidade *gay* seja construída como estigmática no mundo da história, ela é, na dimensão interacional da entrevista, reivindicada como atributo positivo que absolve Freitas das punições. Aí está a relevância de se construir a presente análise em etapas que focalizem separadamente a construção narrativa e sua coerência interna e o âmbito das relações construídas em interação.

Ainda tendo em vista os encaminhamentos sobre face e estigma, podemos agora reinterpretar o silenciamento sobre a instituição militar e o que foi definido como atribuição de responsabilidade difusa ou localizada. Se Flávia e Freitas estão, por um aspecto, gerenciando um encontro misto, por outro, eles se irmanam nos vínculos com a instituição militar, e, ao resguardá-la das imputações de responsabilidade e dos julgamentos morais negativos, ambos parecem estar a serviço da preservação de suas próprias faces, já que esse seria um requisito adicional necessário para sustentação da linha mantida pelos participantes na interação.

Considerações finais

A análise empreendida neste trabalho é parte de uma pesquisa em que se procura, à luz da análise de narrativa e da sociolinguística interacional, observar como o fenômeno da homofobia no contexto militar é construído pelos próprios protagonistas das histórias de perseguição homofóbica. Na entrevista focalizada neste artigo, notou-se que o entrevistado narra histórias canônicas, que, em primeiro lugar, equacionam punições disciplinares no meio militar com práticas homofóbicas não declaradas, que afetam as relações de trabalho construídas naquele contexto. Pistas sintáticas e o uso de discurso relatado foram interpretados como recursos discursivos a serviço de isentar o narrador das punições disciplinares e imputar a responsabilidade sobre elas de forma ao mesmo tempo difusa e individualizada.

Através de uma lente microinteracional, foi possível ainda tratar a própria entrevista de pesquisa como um encontro misto, em que os participantes negociaram conjuntamente os significados potencialmente estigmatizantes sobre as histórias, sobre eles mesmos e sobre a instituição militar. Além disso, procurou-se mostrar como o trabalho conjunto de construção de um significado moral para ações narradas esteve a serviço de condenar as ações punitivas e seus agentes enquanto resguardava, paradoxalmente, o Exército enquanto instituição.

A esse respeito, e à guisa de lançar uma reflexão a ser desenvolvida em trabalhos futuros, cabe acrescentar uma terceira camada a essa análise: a (re)criação de vilões individuais ou o fato de a avaliação negativa sobre os episódios narrados estar direcionada a superiores específicos em detrimento do Exército, além de uma estratégia de proteção da face dos interlocutores – ambos militares –, parece extrapolar os limites da interação, atualizando um processo histórico de radicalização da individualização: o conhecido discurso meritocrata típico de uma sociedade neoliberal, em que a categoria de indivíduo se sobrepõe às de estado, classe, categoria e instituição, parece, em nossos dados, se atualizar na culpabilização do indivíduo. Avançar nessa questão é avançar em um aspecto fundamental para o entendimento dos modos como as identidades são reivindicadas e construídas na contemporaneidade e nos impactos desses processos nas relações de trabalho.

Abstract

Part of a broader research based on narratives about homophobic discrimination in the military context, this article focuses on the rhetorical materiality of a research interview with a Brazilian Army officer who identifies himself as homosexual. The analysis, of qualitative and interpretative nature, occurs in micro-interactional perspective taking into consideration the narrative analysis theoretical framework (BASTOS, 2003, 2008; BASTOS; BIAR, 2015; DE FINA, 2009) as well as the notions of stigma and face (GOFFMAN, 1959, 1988). The results describe key structural and evaluative elements of such narratives that generally refer to disciplinary punishment events which ultimately have a discriminatory motivation. From these stories, the participants carry out joint activities in which they: (i) produce accounts for the disciplinary punishments narrated exempting the interviewee from responsibility; (ii) create a negative moral meaning to these punishments, defined as homophobic persecution; (iii) assign responsibility for the events narrated in a diffuse or individual

way, safeguarding the institution to which they belong. In addition to its theoretical commitments, this paper aims to contribute as an applied tool to understand contexts in which the identity that individuals perform in their social lives have impact on their relationships as well as on their professional and institutional evaluations.

Keywords: Narrative Analysis. Stigma. Interaction. Homophobia.

Referências

- BAMBERG, Michel; GEORGAKOPOULOU, Alexandra. Small stories as a new perspective in narrative and identity analysis. **Text & Talk**, v. 28, n. 3, p. 377-396, 2008.
- BASTOS, Liliana Cabral; SANTOS, Wiliam Soares. Entrevista, narrativa e pesquisa. In: BASTOS, Liliana Cabral; SANTOS, Wiliam Soares (Org.). **A entrevista na pesquisa qualitativa: perspectivas em análise da narrativa e da interação**. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2013. p. 9-18.
- BASTOS, Liliana Cabral. Fala treinada: tecnologia e identidade de gênero em atendimentos telefônicos. **Crop**, v. 9, p. 31-53, 2003.
- BASTOS, Liliana Cabral. Narrativa e vida cotidiana. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 118-127, 1. sem. 2004.
- BASTOS, Liliana Cabral. Diante do sofrimento do outro: narrativas de profissionais de saúde em reuniões de trabalho. **Calidoscópico**, v. 6, n. 2, p. 76-85, 2008.
- BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **Delta**, n. 31, especial, p. 97-126, 2015.
- BECKER, Howard. **Outsiders: estudos da sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 232 p. Original publicado em 1963.
- BECKER, Howard. **Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Tradução de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 310 p.
- BEZERRA, Pedro. Polifonia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 191-200.
- BIAR, Liana de Andrade. **“Realmente as autoridade veio a me transformar nisso”**: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, 2012.
- BRUNER, Jerome. **Acts of meaning**. Cambridge: Harvard University Press, 1990. 177 p.

CLIFT, Rebecca; HOLT, Elizabeth. Introduction. In: CLIFT, Rebecca; HOLT, Elizabeth (Org.). **Reporting Talk: Reported Speech in Interaction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 1-15.

CONNELL, Raewyn W. **Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics**. Stanford: Stanford University Press, 1987. 352 p.

DE FINA, Anna. Narratives in interview: the case of accounts. **Narrative inquiry**, v. 19, n. 2, p. 233-58, 2009.

DE FINA, Anna. **Identity in narrative: a study of immigrant discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 2003. 252 p.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna S. Introdução à disciplina e à prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006. p. 15-41.

GAMSON, John. As sexualidades, a teoria *queer* e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006. p. 345-362.

GARCEZ, Pedro. Deixa eu te contar uma coisa: o trabalho sociológico do narrar na conversa cotidiana. In: RIBEIRO, Branca Telles; LIMA, Cristina Costa; DANTAS, Maria Tereza Lopes (Org.). **Narrativa, identidade e clínica**. Rio de Janeiro: Ipub, 2001. p. 189-213.

GARCEZ, Pedro. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, Letícia Ludwig; JUNG, Neiva Maria (Org.). **Fala-em-interação social: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008. p. 17-38.

GEORGAKOPOULOU, Alexandra. Thinking big with small stories in narrative and identity analysis. **Narrative Inquiry**, v. 16, n. 1, p. 122-130, 2006.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 233 p. Original publicado em 1959.

GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro (Org.). **Sociolinguística interacional**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 13-20. Original publicado em 1964.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**. New York: Harper & Row, 1974. 559 p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 160 p.

- LABOV, William; WALETZKY, Joshua. Narrative Analysis oral versions of personal experience. In: HELM, June (Org.). **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1967. p. 12-44.
- LABOV, William. **Language in the Inner City**: Studies in the Black English Vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. 396 p.
- LABOV, William. **The Language of Life and Death**: The Transformation of Experience in Oral Narrative. United Kingdom: Cambridge University Press, 2013. 239 p.
- LEITE, Elso Soares; NETO, João Antônio. O discurso da mídia sobre a homossexualidade nas instituições militares. **Entretexos**, v. 13, n. 1, p. 441-463, 2013.
- LINDE, Charlotte. **Life stories the creation of coherence**. New York: Oxford University Press, 1993. 242 p.
- LINDE, Charlotte. Evaluation as linguistics structure and social practice. In: GUNNARSSON, Britt-Louise; LINELL, Per; NORDERBERG, Bengt (Org.). **The construction of professional discourse**. London: Longman, 1997. p. 151-172.
- LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, p. 59-76, jul./dez. 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 92 p.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Abrasco, 1993. 269 p.
- MISHLER, Elliot. **Research interviewing**: context and narrative. Cambridge: Harvard University Press, 1986. 186 p.
- MISHLER, Elliot. **Storylines craftartists' narratives of identity**. Cambridge: Harvard University Press, 1999. 190 p.
- MISHLER, Elliot. Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita; BASTOS, Liliana Cabral (Org.). **Identidades**: recortes multi e interdisciplinares. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.
- OSTERMANN, Ana Cristina; DEL CORONA, Márcia. “Eu não aguento mais!” a produção de *accounts* narrativos nas ligações para o serviço de emergência da Brigada Militar (190). **Calidoscópico**, v. 11, n. 2, p. 178-191, 2013.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães. Iguais, mas separados. Os homossexuais e as forças armadas. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, n. 17, p. 139-165, 2011.

SCHIFFRIN, Deborah. Narrative as self-portrait: sociolinguistic constructions of identity. **Language in Society**, v. 25, p. 167-203, 1996.

SCOTT, Marvin B.; LYMAN, Stanford M. Accounts. **American Sociological Review**, v. 33, p. 42-62, 1968.

TANNEN, Deborah. **Talking voices**: repetition, dialogue and imagery in conversational discourse. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. 233 p.

ANEXO

Convenções de transcrição

...	pausa não medida
.	entonação descendente ou final de elocução
?	entonação ascendente
,	entonação de continuidade
,	parada súbita
-	elocuições contíguas, enunciadas sem pausa
=	sublinhado entre elas
MAIÚSCULA	ênfase
°palavra°	fala em voz alta ou muita ênfase
>palavra<	palavra em voz baixa
<palavra>	fala mais rápida
: ou ::	fala mais lenta
[alongamentos
]	início de sobreposição de falas
()	final de sobreposição de falas
(())	fala não compreendida
“palavra”	comentário do analista, descrição de atividade não verbal
hh	fala relatada, reconstrução de um diálogo
↑	aspiração ou riso
↓	subida de entonação
	descida de entonação

Convenções baseadas nos estudos de Análise da Conversação (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974), incorporando símbolos sugeridos por Schiffrin (1987) e Tannen (1989).

Submetido em: 31 de maio de 2015.

Aceito para publicação em: 05 de outubro de 2015.

